

EXIGÊNCIA

Índios querem ser ouvidos na programação educacional

ENTRE OUTROS ASSUNTOS DISCUTIDOS EM REUNIÃO, O SECRETÁRIO DA COMC DESTACOU QUE MUNICÍPIOS NÃO PODEM OBRIGAR O PROFESSOR INDÍGENA A TER O CURSO DE MAGISTÉRIO

A falta de reuniões mais regulares e as dificuldades enfrentadas por alguns professores indígenas pela exigência do curso de magistério para a contratação deles nos municípios foram alguns dos problemas apontados ontem pelo secretário geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Jadir Neves da Silva, durante reunião promovida pela Secretaria de Estado da Educação e Desportos (Seduc).

Durante a reunião, os representantes de entidades indígenas ligadas à educação e professores conheceram e discutiram os artigos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que determinam a obrigatoriedade da oferta de ensino escolar indígena nos municípios onde existem populações indígenas.

A reunião teve a participação do promotor da Infância e da

Juventude, Púlio Caio Bessa, que debateu uma aliança entre o Ministério Público e as entidades com o objetivo de mobilizar a sociedade pelo cumprimento da legislação.

Segundo Jadir, a maior preocupação da entidade é com relação à formação dos professores nativos. "Para contratar o professor indígena, algumas secretarias municipais estão exigindo a formação de magistério, o que impede que muitos possam continuar dando aulas, como já fazem há muito tempo", revelou Jadir.

Para ele, conhecer a legislação é importante porque vai municiar os índios e suas lideranças para cobrarem do Governo as determinações da lei. "A educação indígena tem avançado em alguns municípios, mas há dificuldades para reunir o conselho e discutir estratégias", explicou Jadir, citando que desde que foi instalado, no fim do ano passado, o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena reuniu-se ontem pela primeira vez.

Jadir afirmou ter sido importante conhecer o promotor público Caio Fábio e saber que os índios podem contar com o apoio do Ministério Público. "Este órgão pode nos ajudar a sair de dificuldades criadas pelo desrespeito à lei nos municípios", finalizou.



QUEIXA

Jadir da Silva (à direita) ressaltou ao promotor Púlio Caio os problemas que os índios enfrentam em escolas do interior

Pacto de líderes é solicitado

O presidente do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, professor Ademir Ramos, defendeu ontem a criação de um pacto entre lideranças indígenas, instituições governamentais e não-governamentais para o cumprimento da legislação vigente sobre educação indígena. Para Ademir, a responsabilidade cabe a todas as lideranças sociais que participam das lutas dos povos

índios pela autonomia de suas organizações.

Segundo o coordenador, existem cadastrados no Amazonas 525 escolas, 624 professores e 19,7 mil alunos indígenas. Em Manaus, estima-se que há 5 mil nativos matriculados nas escolas públicas.

Ademir explicou que só agora foi possível reunir as lideranças indígenas e secretários municipais de Educação para a discussão de três assuntos em pauta: o encontro de técnicos e coordenadores de projetos na área indígena, com os promotores públicos e na Fundação TV Cultura, para assistir ao lançamento das vinhetas "Amazonas nos 500 anos", a serem veiculadas pela TV Cultura.

Na reunião foram discutidas também propostas pedagógicas das escolas e o referencial curricular nacional em relação à diversidade cultural do estado.

De acordo com Ademir, a Constituição Federal, em seu artigo 210,

parágrafo 2º, assegura às comunidades indígenas o direito ao ensino fundamental com a utilização da língua materna e processos próprios de aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no artigo 79, garante que "a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa".

Ademir salientou que a LDB obriga ainda que os programas sejam planejados com anuência das comunidades indígenas, tendo como objetivo fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena. Além disso, determina que os recursos sejam distribuídos pelas esferas governamentais, na proporção dos alunos matriculados, anualmente, nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino.

Promotores podem ajudar

Os técnicos e coordenadores de projetos na área de educação indígena discutiram ontem, com os promotores públicos, a questão escolar indígena. Segundo o promotor Púlio Caio Bessa, é possível mobilizar os promotores que atuam em vários municípios do interior do Estado para defender a implantação dos direitos dos índios na área educacional.

Para ele, a formação de uma aliança em favor do cumprimento da legislação vai proporcionar resultados importantes e o Ministério Público deverá participar dela com determinação. "O Ministério Público tem que velar pelo cumprimento da Constituição e, no que se refere à educação das populações indígenas, isso é muito importante porque passa pela questão da autonomia desses povos", afirmou Púlio, prometendo levar a proposta aos demais promotores para definirem uma estratégia de atuação nos municípios amazenses.